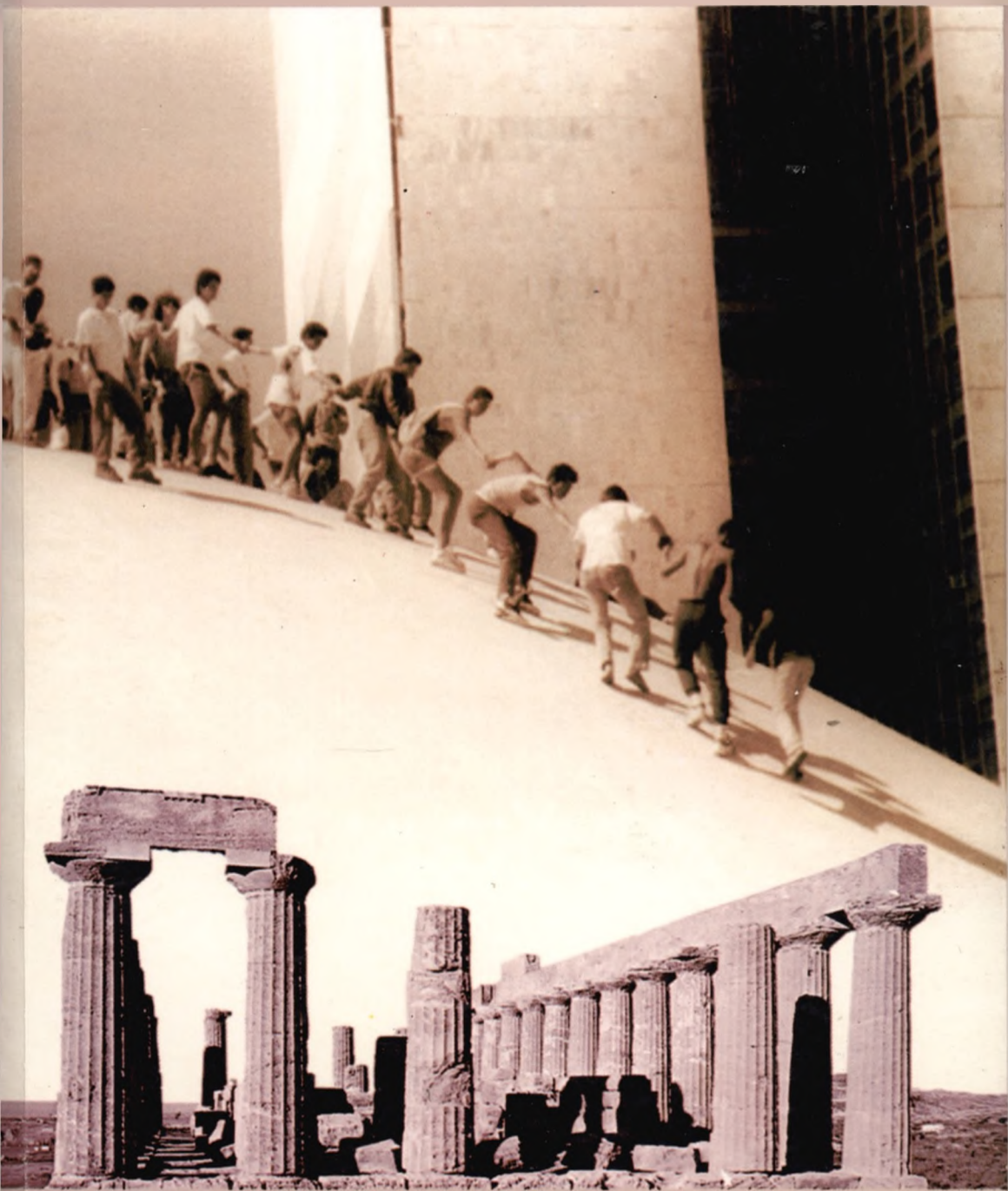


democracia a grande revolução



Para que serve a democracia? Quem se beneficia dela? É a democracia um fenômeno natural ou deve ser construída e consolidada?

O objetivo deste livro é contribuir para o debate inerente ao processo democrático. O *Simpósio Florestan Fernandes – a Construção da Democracia*, em homenagem a um dos maiores pensadores do Brasil, foi a maneira idealizada para se obter algumas respostas aos desafios atuais enfrentados pelas nações democráticas. Reuniu representantes de vários países para apreender experiências de consolidação de diferentes processos democráticos.

As crises sociais de naturezas diversas que afetam os países de todo o mundo provocam a discussão dos modelos democráticos, cujos elementos formais, efetivamente, existem. Todas as lutas do século XX foram pelo princípio histórico da democracia – a liberdade. O século XXI será o das lutas por equidade, pois sem ela corremos o risco de perder todas as conquistas democráticas. A complexidade das questões sociais exige compromisso coletivo e individual para transformar a promessa de democracia em realidade.

O título desta obra reflete a necessidade de uma grande revolução a ser empreendida para a construção e a consolidação da democracia em todo o mundo.

O *Simpósio Florestan Fernandes – a Construção da Democracia* é a contribuição efetiva da Universidade de Brasília, que na forma de livro socializa o debate. A continuidade do *Simpósio Florestan Fernandes* é o compromisso da UnB com os ideais democráticos para o próximo século.

**DEMOCRACIA
A GRANDE REVOLUÇÃO**



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor

João Claudio Todorov

Vice-Reitor

Erico Paulo Siegmar Weidle

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Diretor

Alexandre Lima

CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Emanuel Araújo

Alexandre Lima

Álvaro Tamayo

Aryon Dall Igna Rodrigues

Dourimar Nunes de Moura

Emanuel Araújo

Euridice Carvalho de Sardinha Ferro

Lúcio Benedito Reno Salomon

Marcel Auguste Dardenne

Sylvia Fischer

Vilma de Mendonça Figueiredo

Volnei Garrafa

DEMOCRACIA A GRANDE REVOLUÇÃO

Hermes Zaneti (organizador)

EDITORA

UnB

Fundação de Apoio à Pesquisa/DF

Direitos exclusivos para esta edição:
EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
SCS - Q. 02 - Bloco C - nº 78 - Edifício OK - 2º andar
70.300-500 - Brasília - DF
FAX: (061) 225-5611

Copyright © 1996 by Editora Universidade de Brasília

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem autorização por escrito da Editora.

Impresso no Brasil

EDITORES

TANIA MOREIRA DA COSTA E REGINA MARQUES

PREPARAÇÃO DE ORIGINALS/REVISÃO

TANIA MOREIRA DA COSTA, REGINA MARQUES E SILVIA MARIA ALVES

ACOMPANHAMENTO EDITORIAL

SONJA SAMPAIO

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

LUÍZA MARIA ROCHA NERY

CAPA

FORMATOS DESIGN E INFORMÁTICA

SUPERVISÃO GRÁFICA

ELMANO RODRIGUES PINHEIRO

ISBN: 85-230-0451-3

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Central da Universidade de Brasília.

D383 Democracia: a grande revolução / organização de Hermes Zaneti. — Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

179 p.

1. Ciência Política. 2. Democracia. I. Zaneti, Hermes.
II. Título.

CDU 32
321.7

SUMÁRIO

Apresentação

Hermes Zaneti – Coordenador do Projeto Constituição, 7

Introdução

Democracia: a grande revolução, 11

João Claudio Todorov – Reitor da Universidade de Brasília

I - A construção da democracia

A revitalização da arte da política, 15

Fernando Henrique Cardoso – Presidente da República Federativa do Brasil

II - Democracia: das origens à modernidade

Celebrando 2.500 anos de democracia, 31

Alexander Vayenás – Embaixador da República Helênica no Brasil

A evolução da democracia representativa, 37

Donald Keith Haskell – Embaixador do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte no Brasil

III - Democracia no século XXI

O desafio da equidade, 43

Juan Somavia – Presidente da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social em Copenhague, Embaixador do Chile na ONU.

Debatedores

Limitações da agenda da Cúpula Social de Copenhague, 61

Benício Viero Schmidt – Sociólogo, Professor da UnB

Democracia com equidade: um direito?, 67

Lia Zanotta Machado – Diretora do Centro de Apoio a Intercâmbios e Programas Internacionais da UnB

IV - Democracia na Ibero-América

O valor da democracia como sistema na América Latina: a experiência venezuelana, 73

Rafael Caldera – Presidente da República da Venezuela

O fortalecimento do processo democrático da Venezuela, 83

Alfredo Toro Hardy – Embaixador da República da Venezuela no Brasil

Cuba: a determinação por um caminho próprio, 95

Jorge Lezcano Perez – Membro do Conselho de Estado da República de Cuba

Democracia, desenvolvimento econômico e equidade social, 109

Heraldo Muñoz – Embaixador da República do Chile no Brasil

Democracia: valor a ser entendido e compartilhado, 121

Alieto Aldo Guadagni – Embaixador da República Argentina no Brasil

Formação da democracia na Colômbia, 133

Mario Galofre Cano – Embaixador da República da Colômbia no Brasil

V - Democracia no Pós-Comunismo

A política no pós-comunismo, 145

Jeliu Jeleu – Presidente da República da Bulgária

A evolução política e constitucional da Polônia, 149

Aleksander Luczak – Vice-Primeiro-Ministro da República da Polônia

Democracia, direitos humanos e estado de direito na Eslováquia, 159

Branislav Hitka – Embaixador da República Eslovaca no Brasil

Democratização multifacetária e permanente na Hungria, 165

Gábor Tóth – Embaixador da República da Hungria no Brasil

Estado de direito e economia de mercado na Romênia, 173

Romulus Roman – Encarregado de Negócios da Romênia no Brasil

APRESENTAÇÃO

Hermes Zaneti
Coordenador do Projeto Constituição

Assunto altamente complexo, a democracia tem ocupado significativos espaços em debates teóricos em muitos países. Importantes pensadores têm-se dedicado à questão da democracia. Nosso objetivo, nesta apresentação, é, também, referir o pensamento de alguns desses autores que deram enfoques interessantes à matéria, para motivar a discussão.

Giovanni Sartori¹ faz uma pergunta instigante: “A democracia pode ser qualquer coisa?”, para em seguida citar Tocqueville que diz: “É nossa forma de usar as palavras ‘democracia’ e ‘governo democrático’ que cria a maior confusão. A menos que essas palavras sejam claramente definidas e haja concordância quanto à sua definição, as pessoas vão viver numa confusão inextricável de idéias, para grande vantagem dos demagogos e déspotas”.

É ainda Sartori² que nos lembra que “(a) o ideal democrático não define a realidade democrática e, vice-versa, que uma verdadeira democracia não é, e não pode ser, o mesmo que uma democracia ideal; e que (b) a democracia resulta de interações entre seus ideais e sua realidade e é modelada por elas: pelo impulso de um dever ser e pela resistência de um é”.

O embate dinâmico das forças que compõem a democracia é destacado por Przeworski³:

Numa democracia todas as forças devem lutar continuamente pela satisfação de seus interesses. Nenhuma delas encontra refúgio em suas posições políticas. Ninguém pode esperar pelos resultados para modificá-los depois; todos devem subordinar seus interesses à competição e à incerteza. O momento crucial da transição do regime autoritário para o regime democrático é a passagem daquele limiar além do qual ninguém pode intervir para reverter os resultados do processo político formal. A democratização é um ato de submissão de todos os interesses à competição, é uma ação de institucionalização da incerteza. O passo decisivo em direção à democracia é dado pela transferência do poder de um grupo de pessoas para um conjunto de regra.

¹ Sartori, Giovanni. *A Teoria da Democracia Revisitada*, vol. 1, São Paulo: Ática, 1994: 16.

² *Idem, ibidem*: 24.

³ Przeworski, Adam. *Democracia e Mercado*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994: 31.

O mesmo autor nos alerta que “a democracia pode ser um efeito conjunto de condições e instituições” e que “as instituições devem adequar-se às condições”.⁴ Analisando a questão da sobrecarga de demandas, quando não autocontida, podendo inviabilizar a governabilidade e comprometer a própria democracia, o autor destaca que os mecanismos de alocação são mais importantes que as formas de propriedade e que o sistema econômico mais racional e humanitário é aquele que depende da existência de mercados regulados para a alocação de recursos e da presença do Estado para garantir um bem-estar material básico para todos⁵.

É importante lembrarmos que a democracia permite à sociedade organizar-se para a disputa dos diferentes interesses em jogo. Ela não é, no entanto, um elástico com capacidade ilimitada para esticar. Nesse sentido, e com as necessárias cautelas, é bom termos em conta as observações de Huntington⁶, para quem: “Um valor que, normalmente, é bom em si não é, necessariamente, otimizado quando é maximizado. Nós reconhecemos que existem limites potencialmente desejáveis à extensão indefinida da democracia política. Democracia terá uma longa vida se tiver uma existência mais balanceada”.

Estas poucas referências, de alguns dos autores que se ocupam do tema, dão uma idéia da complexidade desta discussão. Mostram, igualmente, que o assunto não pode ser ignorado.

A Universidade de Brasília atribui importância especial ao tema da democracia e à política em geral, atendendo, assim, a uma de suas vocações, por ser a universidade da capital política do País. Por isso, criou o Projeto Constituição para acompanhar o processo de discussão das alterações na Constituição do Brasil, pelo Congresso Nacional, em 1995. Entre as várias atividades desenvolvidas, destacamos o “Simpósio Florestan Fernandes – a Construção da Democracia”. O Simpósio constituiu-se, basicamente, de uma série de conferências proferidas por embaixadores de vários países de diferentes continentes. Recebeu mensagens, especialmente escritas para a ocasião, do Presidente da República da Bulgária, Jeliu Jelev, e do Vice-Primeiro-Ministro da República da Polônia, Aleksander Luczak. Conferência especial sobre o assunto em foco foi proferida pelo Doutor Rafael Caldera, Presidente da República da Venezuela. Estiveram presentes e proferiram conferências o Embaixador Juan Somavia, Presidente da Cúpula

⁴ *Idem, ibidem*: 58.

⁵ *Idem, ibidem*: 12.

⁶ Huntington, Samuel P. *The Crisis of Democracy*.

Mundial de Desenvolvimento Social de Copenhague e o Deputado Jorge Lezcano Perez, Membro do Conselho de Estado da República de Cuba. Recebemos, ainda, com exclusividade para publicação, texto de conferência proferida pelo Professor Fernando Henrique Cardoso, Presidente da República Federativa do Brasil, na Universidade de Stanford, versando sobre o tema em foco.

Reunimos o conjunto destes textos para esta publicação que intitula-mos: *Democracia: a grande revolução*. O livro oferece, assim, um panorama amplo da evolução do processo democrático. Aborda desde o problema dos excluídos, um dos itens tratados pelo Reitor da UnB, Doutor João Claudio Todorov na Introdução; discute a construção da democracia, quando o Professor Fernando Henrique Cardoso aponta a necessidade de revitalizar a arte da política; nos leva das origens da democracia à modernidade, nos textos dos Embaixadores da Grécia e da Grã-Bretanha no Brasil; nos remete para o futuro, na democracia no século XXI, onde o Embaixador Juan Somavia, com a participação dos professores da UnB, Lia Zanotta Machado e Benício Viero Schmidt, discute o desafio da equidade apontando a necessidade da erradicação da miséria.

Uma visão histórica dos grandes desafios e a permanente turbulência política que tem envolvido a construção da democracia nos países ibero-americanos é apresentada pelo Presidente da Venezuela, pelo Deputado Jorge Lezcano Perez e pelos Embaixadores do Chile, da Argentina, da Colômbia e da Venezuela. As mensagens do Presidente da Bulgária e do Vice-Primeiro-Ministro da Polônia, além das conferências dos Embaixadores da Eslováquia, da Hungria e do Encarregado de Negócios da Romênia, mostram o processo de construção das mais jovens democracias do mundo.

O conteúdo do livro apresenta a luta que tem sido, ao longo da história, a construção do regime democrático. Vítima de ataques nos mais diferentes países, submergindo em períodos mais ou menos longos, a democracia acaba por emergir como expressão de vontade da maioria do povo, como são exemplos a Argentina, a Venezuela, a Colômbia, o Chile, a Polônia e o Brasil, só para citar alguns.

A motivação da UnB para discutir a questão da democracia decorreu do fato de termos constatado que parece haver um senso comum de que se não fizermos nada, se não tivermos nenhum projeto institucional, então, como por inércia, acontecerá a democracia. Ela seria, assim, um acontecimento quase natural. A história tem mostrado, porém, inúmeras interrupções do processo democrático em muitos países. Na vigência de regimes autoritários, as forças democráticas unem-se para restabelecer a democracia, mas obser-

va-se que, durante os períodos democráticos, não há suficiente empenho dessas mesmas forças no sentido de fortalecer as instituições que garantam a democracia. Nossa convicção, no entanto, é que a democracia deve e pode ser construída e que essa construção passa por um amplo processo de discussão, de participação. As universidades têm um papel especial nessa tarefa, porque elas são, em geral, as primeiras vítimas sempre que ocorre a interrupção autoritária do processo democrático.

A construção de instituições que promovam e defendam a democracia passa pela perspectiva de que as diferentes forças políticas que participam do embate democrático tenham, no presente e no futuro, chance de ver suas reivindicações atendidas. A liberdade que a democracia oferece é extremamente importante, mas não suficiente. Ela precisa garantir uma perspectiva redistributiva. À democracia formal, da liberdade de expressão, do direito de ir e vir, precisamos acrescentar a democracia substantiva, entendida como a erradicação da miséria, a redistribuição da renda, de tal sorte que o povo sinta no bolso e em casa os efeitos da democracia, pois só assim participará do processo de sua construção e defesa.

É importante observar que a democracia, nos últimos anos, ganhou importantes espaços. É muito significativo o número de países que vivem hoje sob o regime democrático. Segundo Przeworski,⁷ “nunca na história tantos países desfrutaram de instituições democráticas ou, pelo menos, submetem-nas a teste”. A democracia cresceu muito, igualmente, como valor; eis que mesmo regimes que, a rigor, não poderiam ser classificados como democráticos, assim se intitulam para buscar maior respeitabilidade e inserção na comunidade internacional.

A obra que ora oferecemos contém relatos históricos, reflexões teóricas e depoimentos ricos com experiências concretas vividas em diferentes países do mundo. Não tem a pretensão maior de realizar uma revisão teórica sobre o assunto. É uma contribuição inicial à discussão da construção da democracia, na esperança de que possa ser ampliada com a participação de outros países e de que saibamos aproveitar esse momento para criar e fortalecer instituições democráticas justas e eficazes, em condições de dar suporte ao processo democrático, que é, ao mesmo tempo, uma realidade e uma promessa permanente.

⁷ Przeworski, Adam. *Democracia e Mercado*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994: 9.

I - A CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA

A REVITALIZAÇÃO DA ARTE DA POLÍTICA*

*Fernando Henrique Cardoso
Presidente da República Federativa do Brasil*

Nota Introdutória ao Artigo “A Revitalização da Arte da Política”, do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

O texto que, sob o título “A Revitalização da Arte da Política”, está incluído nesta publicação da Universidade de Brasília sobre a democracia no mundo contemporâneo foi originalmente elaborado para uma Conferência que proferi na Universidade de Stanford, nos Estados Unidos.

Seu eixo condutor é uma análise dos dilemas contemporâneos da democracia representativa. Busca encontrar fórmulas que permitam superá-los, que possibilitem incluir, no processo político mais amplo e de forma ativa, todas as camadas da população, todos aqueles que de direito pertençam ao universo de cidadãos.

Mas sua ênfase recai sobre a situação específica do Brasil, cujo povo tanto desejou a democracia e agora está aprendendo a nela viver, a nela reencontrar seu caminho e recuperar seu projeto de desenvolvimento em novas bases, democráticas, marcadas pelo diálogo e pelo respeito às diferenças dentro do estado de direito.

Sei que as demais contribuições a esta coletânea nasceram de um Simpósio em homenagem a Florestan Fernandes, um dos fundadores da moderna sociologia brasileira. Florestan foi meu professor, mestre de toda a vida e amigo muito próximo. Formou gerações de cientistas sociais e deu exemplo de uma vida reta, em que soube combinar o mais perfeito cuidado como cientista com o sentido da luta por um Brasil mais justo. Não é por acaso que parte de sua obra foi dedicada a entender a situação dos excluídos, como o negro. Florestan não foi, assim, apenas um homem de idéias; levou-as também, como era de sua índole, para a militância política decidida e

* Conferência do Presidente da República Federativa do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, proferida na Universidade de Stanford (*Robert Wesson Lecture*), em 11 de março de 1996.

firme, no combate ao autoritarismo e na defesa de maior igualdade para os brasileiros. Florestan Fernandes sabia que o verdadeiro exercício da democracia não se esgota no plano das instituições, lição que aprendi com este grande brasileiro e que se encontra refletida de modo claro no texto que se segue.

I. Introdução

Tem especial significado para mim voltar à Universidade de Stanford, onde já estive várias vezes, como conferencista e professor visitante. Reconheço na platéia velhos amigos, com quem sempre compartilhei idéias e mantive estimulante convívio intelectual.

Retorno hoje com grande alegria para proferir a *Robert Wesson Lecture* e anunciar a criação, nesta Universidade, da Cátedra Joaquim Nabuco de Estudos Brasileiros.

Trata-se da primeira cátedra de estudos brasileiros numa universidade norte-americana, uma iniciativa possível graças à generosa doação do Grupo Safra, uma empresa privada brasileira, e à colaboração do “Center for Latin American Studies” e do “Institute of International Studies” desta Universidade.

O patrono desta cátedra, Joaquim Nabuco, foi um grande intérprete de seu tempo. Na luta pela abolição da escravatura no Brasil; no trabalho que realizou como político e diplomata; nas reflexões lúcidas, originais e atuais que nos legou; Nabuco firmou sua condição de estadista, para quem o compromisso com valores e a justiça sempre orientou a ação pública.

Seus escritos continuam a ser instrumento indispensável para melhor compreender a própria gênese do Brasil contemporâneo. Nabuco nos mostra que o pacto do intelectual com a verdade deve também valer na interação do político com a realidade. Para mim, seu exemplo permanece como uma baliza fundamental: nunca dissociar os problemas de sua análise, a reflexão cuidadosa do desejo de solucioná-los.

Foi um dos grandes nomes da política nacional. Usando a definição que ele mesmo empregou, foi Político com “P” maiúsculo, isto é, preocupado com os grandes movimentos da história, com os dramas humanos e da civilização, com o interesse comum. Tinha uma compreensão sociológica da política, dos efeitos e conseqüências sociais do ato político. No caso da abolição, percebeu que a simples libertação dos escravos não era suficiente. Dizia que “a escravidão permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil”, pois havia fincado raízes profundas em nossas estrutu-

ras. Dizia, sobre o movimento abolicionista, que “era um partido composto de elementos heterogêneos, capazes de destruir um estado social levantado sobre o privilégio e a injustiça, mas não de projetar sobre outras bases o futuro edifício”. O triunfo da abolição, segundo Nabuco, não foi seguido “de medidas sociais complementares em benefício dos libertados, nem de um grande impulso interior, de renovação da consciência pública”.

As palavras de Nabuco foram proféticas. Se trouxermos o mesmo modelo de análise para os fatos contemporâneos, verificaremos que a restauração da democracia foi um primeiro passo, necessário mas insuficiente, para corrigir os graves desequilíbrios sociais do País.

É inegável que houve avanços. O Brasil tem, atualmente, instituições políticas democráticas. Mas a reconstrução do sistema político ainda não se completou. A verdadeira “renovação da consciência pública” defendida por Nabuco e, principalmente, o revigoramento do espaço público, onde se poderia processar a discussão racional de interesses, para tomar de empréstimo as reflexões de Habermas, começam apenas a se esboçar. Temos, assim, uma dupla tarefa: uma de natureza intrinsecamente política e outra, paralela e inter-relacionada com a primeira, de natureza mais sociológica, que tem a ver com a modernização da sociedade. Modificar a estrutura do Estado, em sentido lato, modificar as formas de relação entre a sociedade e o Estado, transformar o padrão de distribuição de renda e ter uma visão clara de que o objetivo fundamental é o de aumentar a equidade no País são os grandes desafios que temos de enfrentar. Isso não se faz do dia para a noite; é um longo processo. Mas isto não pode servir de desculpa para que deixemos de adotar agora as medidas que são possíveis e necessárias. É sobre a importância da política para vencer esses desafios que pretendo falar nesta conferência que intitulei “A Revitalização da Arte da Política”.

II. A democracia representativa e seus paradoxos contemporâneos

Em todos os países em que vigora, a democracia representativa apresenta necessidade de renovar-se, pois se defronta com problemas tais como o desinteresse crescente da população pela política, os elevados níveis de absentismo e, mais grave, um certo grau de hostilidade dos eleitores em relação aos políticos profissionais. A idéia de “ir contra” os políticos tem gerado dividendos. Paradoxalmente, é o próprio êxito da democracia enquanto idéia e sua legitimidade enquanto valor de alcance quase universal que parecem estar colocando-a sob o fogo cerrado da crítica, até mesmo de seus defensores.

O significado dessas críticas merece reflexão. Ocorrem num momento em que, no caso do Brasil, estamos passando por um aceleradíssimo processo de transformações que propõem novos dilemas a cada dia, e em que a ação do Parlamento está sendo decisiva para a mudança.

A democracia representativa é construção histórica relativamente recente, para a qual os *founding fathers* da nação norte-americana deram contribuição valiosa. A idéia de que indivíduos recebam um mandato em eleições livres para atuar em representação dos interesses da sociedade difunde-se no Ocidente a partir do século XVIII. Desde então, as instituições da democracia continuam essencialmente as mesmas, ao passo que, das sociedades comparativamente simples de então às complexas democracias de massa dos dias atuais, o mundo se transformou radicalmente. O desafio é o de aperfeiçoar a democracia, de fazer seu *aggiornamento* de modo que o ideal democrático continue a prevalecer e as instituições nele inspiradas sejam eficazes.

As sociedades deixaram de ser homogêneas. Do ponto de vista da economia, já não se pode dividir esquematicamente o tecido social em duas grandes classes: a burguesia e o proletariado, equivalentes, grosso modo, ao capital e ao trabalho. Economicamente, os indivíduos podem situar-se num amplo espectro de combinações possíveis na relação capital-trabalho. Por exemplo, o trabalhador tornou-se sócio do capital via fundos de pensão, de modo que “diminui” seu interesse em confrontar o capital, de cujos rendimentos dependerá sua aposentadoria. Por outra parte, o trabalho diferenciou-se e o conhecimento passou a representar parcela cada vez maior do valor agregado da economia mundial. Quem detém o conhecimento pode atrair os abundantes capitais hoje disponíveis. A indústria do Silicon Valley, que nos circunda em Stanford, é um exemplo nítido de que o conhecimento associado ao trabalho passou a ser melhor remunerado, porque se tornou escasso em relação ao capital. Isso contrasta com o início do processo de industrialização, contemporâneo das democracias tradicionais, clássicas, quando o trabalho era abundante e pouco qualificado. Os embates entre a burguesia e o proletariado, centrais nos últimos dois séculos, e cuja essência era a distribuição da renda, diluem-se e começam a perder força mobilizadora em termos de discussão nos espaços públicos.

A complexidade do tecido social traduz-se na diversidade de metas almejadas pelos atores sociais. A noção de progresso passou a englobar objetivos variados e a própria idéia de “qualidade de vida” se aperfeiçoa a cada dia. Além disso, esses objetivos são derivados, muitas vezes, de exigências que nascem, hoje, no marco da globalização e são projetados para as socie-

dades nacionais, sem que estas estejam preparadas para atendê-las. Exemplo disso é a legislação ambiental adotada pelos países mais avançados, sem dúvida uma conquista importante, mas que dificilmente poderá ser aplicada nos países em desenvolvimento sem mecanismos de cooperação internacional mais eficientes e generosos.

Do ponto de vista político, a atenuação das dicotomias clássicas capital-trabalho, burguesia-proletariado e, em termos ideológicos, direita-esquerda, levou ao que Alain Touraine aponta como o “desaparecimento das categorias sociais, dos atores sociais em si”. Os indivíduos ou grupos já não se definem por seu papel nas relações sociais de produção, mas antes por suas identidades regionais (o caso do Brasil é típico), raciais, culturais ou religiosas. E o exercício dos direitos civis assegura a proliferação de “novas identidades”. Ainda segundo Touraine, “em vez de nos definirmos pelo que fazemos, passamos a nos definir pelo que somos”. E não apenas pelo que somos, mas também pelo que “queremos”, e estes desejos são muito diversos. Ampliaram-se assim os objetivos da política: oferece espaço para a adesão de grupos de cidadãos a causas mobilizadoras, como a luta pelos direitos humanos e pela preservação do meio ambiente.

Vivemos, em suma, a fragmentação dos indivíduos em grupos ou “guetos”. Isso tem levado a uma simplificação, à crença de que são apenas o mercado ou a cultura de massa que reúnem os cidadãos numa identidade nacional. Esmacem-se os valores que cimentam as sociedades nacionais e balizam as relações entre suas camadas. No mundo inteiro, o fascínio pelo novo, pelo retrato da realidade mostrado pela TV, desvia a atenção dos verdadeiros elementos que compõem a identidade nacional: uma história comum, uma herança cultural, uma trajetória coletiva – com êxitos e dificuldades – e um sentido de futuro.

É cada vez mais difícil harmonizar, dentro do espaço público, a atuação dos agentes sociais e as identidades culturais. Esta é a essência das dificuldades que enfrentam os instrumentos clássicos da representação, porque muitas demandas, embora legítimas, são parciais e não refletem o conjunto de valores vinculados a uma identidade econômica-cultural. A pólis fragmentou-se; a mediação política, na qual está assente a idéia mesma de democracia representativa, já não cumpre, senão imperfeitamente, sua função de transformar interesses individuais em coletivos. A intermediação política fica cada vez mais marginalizada, desacreditada, conforme demonstram as pesquisas de opinião.

Partindo da definição clássica de Weber, é natural que a população julgue os governos segundo uma “ética de fins”, de resultados, na medida em

que crescem suas demandas na área econômica, na área da justiça e segurança, pela proteção do meio ambiente, pelos direitos humanos. Essas demandas ampliadas passam a ser o tecido da política. Atendê-las é uma das fontes de legitimidade do governo. Mas como conciliá-las com a responsabilidade dos governantes, que têm a difícil e complexa tarefa de alocar recursos sempre escassos? Como encontrar os meios possíveis para atender a este conjunto ampliado de reivindicações? O diálogo, a intermediação política tem assim como campo prioritário menos a discussão do que é necessário fazer e mais o debate sobre como alocar os escassos recursos de um país na solução de demandas que, se não são conflitivas, certamente concorrem entre si. Precisamos alcançar resultados sim, mas com responsabilidade e equilíbrio. Nesse aspecto, vale lembrar as palavras de Nabuco sobre o atributo principal do político: “adaptar os meios aos fins e não deixar periclitir o interesse social maior por causa de uma doutrina ou de uma aspiração”.

Fruto da fragmentação da pólis e da agenda política é o enfraquecimento do papel tradicional reservado aos partidos políticos. O que lhes dava consistência era a identificação com um ideário que correspondia ao interesse de determinadas classes ou categorias. Faziam uma escolha ideológica que se materializava num programa de ação. Numa época em que a disputa ideológica se esmaece, em que os interesses tornaram-se menos claros e mais dispersos, os partidos políticos correm o risco de ver diminuída sua capacidade mobilizadora. Precisam assim encontrar novas formas de mobilização que transcendam o particular e tenham em vista os interesses coletivos reais, que já não se identificam tanto com ideologias.

Não que seja ilegítima a atuação partidária em causas que envolvam interesses setoriais, mas será insuficiente para a defesa dos valores maiores da Nação e do bem-estar coletivo. O risco é o de que a simples veiculação de interesses paroquiais acabe por não diferenciar os partidos, de que os políticos transitem entre eles livremente, em desrespeito ao ideário e à fidelidade que devem à sua agremiação. Há riscos também de que se criem ou se desfaçam maiorias precárias, suprapartidárias, instáveis, que acabam por deixar no mesmo plano indiferenciado políticos e partidos, dificultando a escolha do eleitor, cuja reação, no mais das vezes, é a de desvalorizar o papel crucial do político e da política. O público tenderá a ver os políticos como se todos fizessem parte do mesmo universo, de uma instituição que, no fundo, estaria voltada exclusivamente para seus interesses enquanto corporação. Se não forem capazes de dar capilaridade à formação dos consensos que promovam as mudanças e de impedir o uso do poder exclusiva-

mente por grupos de interesses, os partidos estarão deixando de cumprir sua missão de ser um ator chave no espaço público.

Outra causa dos dilemas das democracias representativas tem a ver com a própria dimensão dos países. Conforme nos recorda Robert Dahl, quando surgiu, a democracia representativa regia sociedades menores, em que os interesses eram menos difusos, menos complexos, e poderia haver um contato mais direto entre representante e representado. Numa democracia de massa, o elo entre os dois lados da intermediação política tornou-se mais rarefeito. A outorga do voto passa a ser vista como uma espécie de “cheque em branco”, em parte porque, na maioria dos sistemas representativos, o poder de sanção do eleitor em relação ao seu representante é limitado, podendo expressar-se, no máximo, no protesto traduzido na não-recondução do representante ao cargo. Isto ocorre com frequência no Brasil. A cada renovação do Legislativo, parte expressiva dos parlamentares não se reelege, independentemente da qualidade do trabalho que fez.

Essas limitações da democracia representativa abriram espaço para avanços da democracia participativa. A defesa das identidades de grupo e a atuação de organizações não-governamentais voltadas para temas específicos levaram a novas formas de atuação que dificultam a intermediação política. Estes grupos dirigem-se diretamente, sem mediação, ao Executivo, aos empresários e a outros segmentos envolvidos no processo decisório. O crescimento da democracia participativa é um fato positivo, mas não suficiente. A crescente parceria que se estabelece entre governo e sociedade civil é um passo à frente no processo democrático. É preciso, porém, alertar para o fato de que a participação direta não substitui a representação. Mais importante: no estado de direito, é a democracia representativa que elabora e aperfeiçoa o arcabouço legal que rege as relações sociais e econômicas da Nação. A participação direta não pode desrespeitar as normas vigentes; quando estas necessitam modificações, será sempre aos Parlamentos que se recorrerá. Grandes mudanças não se fazem sem o concurso do Congresso.

No Brasil, o Estado sempre teve um papel decisivo no campo das relações capital-trabalho. O liberalismo econômico no sentido clássico nunca foi um traço de nosso caminho histórico para o desenvolvimento. A industrialização brasileira, desde seus primórdios, teve no Estado seu principal propulsor, seja através de investimentos diretos, seja através da proteção tarifária para a produção nacional, seja através dos monopólios e das reservas de mercado. O Estado brasileiro sempre intermediou e moldou o conflito entre capital e trabalho e, ao transformar-se também em “empresário”, o

Estado passou a ter interesses diretos no conflito distributivo. O vício do corporativismo no Brasil tem aí uma de suas causas principais.

O corporativismo incrustou-se nas instituições de todos os poderes da república, nos estados e municípios, nas estatais. Criaram-se, por exemplo, regimes especiais de aposentadoria para diversas categorias de funcionários públicos. A legislação trabalhista brasileira, concebida durante a ditadura Vargas dos anos 30 e mantida até os dias de hoje, é de cunho paternalista e criou uma Justiça do Trabalho com representação classista, reforçando a noção de que o Estado é o árbitro por excelência dos conflitos até mesmo individuais nas relações capital-trabalho. No momento em que o Estado se vai retirando da economia pelo esgotamento do modelo desenvolvimentista baseado na industrialização protegida e na participação direta do Estado na produção de bens, torna-se necessário reformular nosso arcabouço legal.

De novo, o problema capital-trabalho não desapareceu da agenda. Assumiu, isto sim, novos contornos e não deixa de exigir mecanismos de conciliação. A discussão deve centrar-se, assim, em como dar proteção real, efetiva, a longo prazo, ao trabalhador num modelo que transforme o conflito em parceria, para evitar os vícios do passado.

Uma outra causa que alimenta as dificuldades da democracia é o fato de que, muitas vezes, falta substância ou qualidade no debate público em torno de questões amplas. Não que falte circulação livre de informação; o que parece estar ausente é um bom nível na informação e cidadãos dispostos a criar e assimilar uma informação mais profunda e de melhor qualidade. O valor do debate público não se mede apenas pela qualidade da classe política, mas também pela capacidade dos cidadãos de refletirem sobre o interesse público, formularem suas reivindicações para as mudanças e se organizarem para que elas se concretizem. A cidadania consciente cobra e vigia a atuação dos atores e das instituições políticas no cumprimento das demandas que ela, cidadania, previamente apresentou de forma organizada e clara. Este problema da qualidade do debate público se agrava nas democracias de massa, sobretudo naquelas que têm maior desigualdade social – fenômeno que já não se restringe aos países em desenvolvimento – já que nelas existe um grande contingente de marginalizados do processo político, alguns por não se sentirem estimulados a participar, outros porque, mesmo interessados, não são capazes de construir canais apropriados de comunicação. É preciso que estes contingentes de não-participantes sejam incorporados ao espaço público se quisermos que a democracia seja fortalecida.

A imprensa tem um importante papel a cumprir a este respeito, e retomarei o tema mais adiante.

Todo esse quadro que procurei traçar das dificuldades por que passa a democracia em todo o mundo se vê agravado pelo crescente processo de globalização e enfraquecimento do Estado nacional. Diminui a margem de autonomia do Estado na condução da política econômica. E há temas que, por sua própria natureza, transcendem hoje as fronteiras nacionais. O Estado defronta-se com limitações em sua capacidade de atender ao conjunto das demandas sociais que durante algum tempo foi, em escalas distintas, capaz de atender. E as demandas sociais crescem pela diferenciação da população, pelo aumento da expectativa de vida, pelo agravamento do desemprego trazido pela mudança do padrão tecnológico da produção. A incapacidade momentânea de o Estado responder a um nível mais elevado de reivindicações sociais o faz ser percebido como inoperante, ineficaz, e a classe política sofre diretamente o impacto adverso dessa percepção negativa do Estado. Desfazer ilusões e criar um maior sentido de realismo sobre as possibilidades de ação do Estado são essenciais para recuperar a viabilidade da democracia e despertar a cidadania para a parte que lhe cabe no encaminhamento de seus problemas. O Estado precisa ter formas de agir em áreas estratégicas para que ele seja percebido como instrumento político de qualidade, positivo. Talvez seja esta uma das preocupações centrais de meu governo e, por isso, a liderança que tenho procurado exercer no processo de reformas.

III. A democracia representativa no Brasil

No Brasil, é importante que se diga, a democracia representativa teve de superar um obstáculo importante que, nos Estados Unidos, jamais se apresentou: o regime de exceção e o autoritarismo, que interromperam, por duas vezes e por longos períodos, o estado de direito. Na década de 80, no momento de transição democrática, acreditávamos, talvez com certa ingenuidade, que o exercício em si da democracia levaria automaticamente ao aperfeiçoamento dos seus mecanismos de mediação e das relações entre representante e representado e até mais do que isto: à solução dos problemas sociais. Progredimos na consolidação do estado de direito e na democracia no Brasil nos últimos anos, num percurso marcado por percalços que foram superados com maturidade e equilíbrio.

Se isto nos dá motivo de orgulho, não deve servir de pretexto para manifestações de auto-indulgência em relação ao funcionamento de nossas instituições. Há espaço amplo para melhorias e avanços. Não estamos imunes aos paradoxos da democracia representativa. De certa forma, a sociedade brasileira caminhou mais rápido do que o Estado, em termos políticos. A capacidade de auto-organização da sociedade, expressa pela multiplicação das ONGs, pela repercussão das denúncias trazidas pela liberdade de imprensa, pela força dos movimentos sociais, passou a conduzir o processo político, condicionando a ação do Estado.

No Brasil, os dilemas da democracia representativa se manifestam, por exemplo, num grande número de partidos políticos com contornos difusos perante a opinião pública, a qual se guia muito mais pelo nome do candidato do que por sua filiação partidária nas eleições. Partidos fragilizados exigem um trabalho redobrado para alcançar as mudanças, na medida em que o esforço de construção de maiorias é feito de forma mais complexa, em negociações caso a caso, que são tanto mais difíceis quanto mais específica a matéria a ser aprovada. Há questões de caráter quase plebiscitário, em que é relativamente fácil alcançar os consensos que respondem a claros anseios populares, como foi o caso da flexibilização dos monopólios e da eliminação das restrições ao capital estrangeiro. Já nas reformas previdenciária e administrativa, estamos diante de dilemas que pedem a combinação de renúncia a interesses pessoais de curto prazo com a expectativa de benefícios coletivos de longo prazo. Na reforma fiscal, a dificuldade na negociação prende-se à repartição da arrecadação pelas regiões do País.

As reformas atendem assim a demandas da sociedade, mas só podem prosperar na medida em que a cidadania participe de seu destino. No fundo, o que é imprescindível é quebrar a conhecida distância entre o Brasil legal e o Brasil real.

Outro elemento que não víamos com clareza na década de 70 era a emancipação acelerada de determinados atores políticos, como as novas representações sindicais e patronais, que passaram a agir com total independência em relação às formas tradicionais e tuteladas pelo Estado. Fenômeno semelhante viria a ocorrer com as ONGs e as organizações comunitárias. Estes atores emanciparam-se num duplo sentido: de um lado, passaram a prescindir cada vez mais da intermediação do sistema partidário na defesa de seus interesses e reivindicações, buscando relacionar-se diretamente com o Poder Executivo (não obstante haver organizações com forte presença no Legislativo); por outro lado, começam a interagir em questões complexas,

outrora de alguma forma arbitradas ao Estado, nas recentes experiências de negociação em torno dos contratos de trabalho flexíveis. O risco para a democracia está em alimentar a visão de que a sociedade pode tudo fazer sem a presença do Estado; de que os poderes constituídos são, em última instância, desnecessários ou “entram” o progresso e constituem obstáculo à própria liberdade de entendimento direto entre partes num contrato ou conflito.

É necessário encontrar o equilíbrio ideal entre a participação da sociedade e o papel do Estado na definição dos princípios que regem a vida dos países. O predomínio do Estado sobre a sociedade conduz ao autoritarismo, à tecnocracia, ao clientelismo e ao paternalismo; as pressões desordenadas da sociedade sobre o Estado podem gerar a percepção de ausência de rumo. Não há receita pronta para encontrar o justo equilíbrio, mas sabemos que ele é indispensável.

Como afirmava Joaquim Nabuco, “um governo, a menos que desconheça a sua missão, não pode por amor de um interesse comprometer os outros interesses da sociedade: é na combinação de todos eles que consiste o grande problema da administração pública...”.

Um último elemento que gostaria de assinalar sobre os dilemas da democracia representativa no Brasil diz respeito ao desafio do tempo de decisão, numa época caracterizada por grande dinâmica nas transformações. A demora para legislar, por exemplo, é associada, injustamente, a imobilismo e ineficiência, quando na verdade a agenda do Congresso Nacional está sobrecarregada por temas de grande complexidade. O Judiciário também tem tido uma sobrecarga de trabalho, que tem gerado lentidão nas decisões da Justiça, com dimensões ainda mais sérias, na medida em que o atraso da Justiça em julgar uma pendência equivale a uma denegação da justiça (“*justice delayed is justice denied*”). Este fato mescla-se com o que é percebido como imobilismo no Congresso para suscitar, na população, uma descrença nas instituições, no governo como um todo. O tempo da democracia é normalmente mais lento. O problema é tanto convencer a cidadania de que isso é natural e de que o *aggiornamento* das instituições demanda tempo, quanto conseguir que se acelerem o ritmo das deliberações dessas instituições.

IV. Mídia e democracia: o papel da imprensa no fortalecimento do espaço público

É impossível, nas democracias de massa contemporâneas, querer tratar da melhoria do sistema político sem que se tenha presente a importância do papel dos meios de comunicação. Manuel Castells afirma, com propriedade,

que o espaço político foi “capturado” pelos meios de comunicação, por seus fluxos e imagens. Hoje, a política que não aparece nos meios de comunicação simplesmente não existe, o que não quer dizer, de acordo com Castells, que a política seja tributária dos meios de comunicação, mas sim que, sem eles, os fatos não conseguiriam desencadear o processo mobilizador na população. A política não pode, em suma, dispensar os meios de comunicação nos dias de hoje.

Este papel acrescido dos meios de comunicação embute, porém, desafios para a democracia. É que eles não substituem o espaço público; são apenas um, por mais importante que seja, dos componentes do espaço público. Sua função básica não deve ser engajada, no sentido de constituição e construção dos eventos, mas sim, através da difusão e da análise dos fatos, auxiliar a cidadania a formar juízo sobre os assuntos em pauta. Nesse sentido, estará prestando um serviço ao público.

O risco, nos meios de comunicação de massa, é o de simplificar os fatos, de valorizar a parte em detrimento do todo, a frase em prejuízo do texto, a versão em prejuízo do fato real, a imagem em detrimento da argumentação e, principalmente, de ressaltar no acontecimento aquilo que pode despertar “impacto” e não o processo que engendrou este acontecimento. Há um perigo em se tratar a notícia de modo fragmentado, em não se ter cuidado maior com o ritmo mais complexo do pensamento voltado para a compreensão abrangente dos eventos. O imediatismo pode fazer com que, muitas vezes, não se dê a necessária ênfase à grande notícia do dia, que ela passe até mesmo despercebida, privilegiando-se a *petite histoire*, a intriga, o boato, o “disse-não-disse”.

A agilidade na transmissão da notícia é o grande trunfo dos meios de comunicação, é sua própria razão de ser. O que é preciso evitar é que, no exercício legítimo de suas funções, os meios de comunicação difundam na opinião pública uma agenda simplificada e negativa, em parte dissociada dos reais problemas da Nação.

A democracia não se constrói apenas pelos impulsos da opinião pública, que podem mudar e são transmitidos de forma geralmente simplista. A democracia depende de instituições sólidas e fortalecidas, que têm seu tempo próprio, necessariamente mais lento do que a velocidade dos fluxos da informação. Para lançar mão de um neologismo, é sábio, é sensato fugir da “plebiscitarização” simplista imposta pela imprensa a temas complexos que precisam encontrar seu encaminhamento pelas instituições, como resultado do debate público.

Ao fazer esses comentários, não quero de modo algum subestimar a importância dos meios de comunicação na denúncia dos abusos de poder, da corrupção onde quer que ela ocorra, do mau funcionamento do governo em todos os seus níveis. Reconheço o importante papel da imprensa na luta travada contra o autoritarismo na América Latina. No entanto, sua função deve ir além da mera veiculação de denúncias, especialmente no Brasil, país que, afinal, vive a plenitude democrática e um momento de otimismo com a retomada do crescimento sustentado. A imprensa precisa ir além de uma atitude “adversarial”. Seu poder mobilizador pode ser decisivo na superação de problemas e na própria construção do consenso.

V. Conclusão - A revitalização da arte da política. A expansão do espaço público. A razão na construção do consenso

Como democrata convicto e homem público que teve sua trajetória política construída em grande parte no debate cotidiano no Congresso Nacional, não posso deixar de fazer uma defesa firme, apaixonada mas também racional, do Parlamento enquanto *locus* por excelência da construção dos consensos necessários aos avanços, de preservação dos valores mais caros à nacionalidade, sem os quais ela não se reconhece.

Orgulho-me de ser político. Angustia-me testemunhar a perda de prestígio que a política como profissão vem experimentando em todo o mundo.

Não vejo como se possa organizar uma ação construtiva abrangente sem a crescente participação da cidadania, sem um Parlamento atuante, sem partidos políticos, sem meios de comunicação cientes de sua responsabilidade maior para com a cidadania, sem podermos cada vez mais aprimorar as negociações entre os diversos interesses, de forma que ultrapassem o mero – e condenável – “toma-lá-dá-cá”, sem um pensamento crítico capaz de elaborar e propor conceitos novos e, principalmente, sem lideranças políticas capazes de deliberar visando ao interesse comum.

A revitalização da arte da política passa por diversos caminhos, alguns dos quais quero indicar a seguir, animado pelo espírito de contribuir para o debate de uma questão que não apenas eu, como governante, mas também a Nação, considera fundamental. Tocqueville em sua obra *A democracia da América*, afirma que: “O governo ama o que os cidadãos amam e naturalmente odeia o que eles odeiam. Essa comunidade de sentimentos, nas nações democráticas, une continuamente em um mesmo pensamento cada indivíduo e o soberano, e estabelece uma secreta e permanente simpatia”.

Esta é a motivação que me leva a sugerir algumas linhas pelas quais deve orientar-se a revitalização da arte da política.

O aperfeiçoamento do sistema político representativo requer a constante evolução das regras que a definem. O número de partidos, os requisitos para sua constituição, os instrumentos de exercício da fidelidade partidária, o sistema eleitoral precisam ser pensados à luz das novas exigências trazidas pela democracia de massa. Nada trará mais benefícios à credibilidade da classe política do que criar mecanismos que a tornem mais responsável perante as cobranças do eleitorado. Os políticos precisam ter incentivos positivos para cumprir bem seu mandato, e tais incentivos devem nascer naturalmente do diálogo com o eleitor. A oposição é necessária, deve ser vigorosa, porém responsável e guiada sempre pela busca do interesse público. Uma possível forma de aumentarmos o nível de *accountability* da classe política, de aproximarmos representantes e representados, é, por exemplo, um sistema que vincule a base eleitoral aos que a representam, de que há exemplos em diversos países. De qualquer modo, creio que o próprio Parlamento deve ser o responsável pela implementação das medidas que contribuam para seu melhor funcionamento. O Congresso saberá, melhor do que ninguém, encontrar os mecanismos adequados.

É imperativo alargar o espaço público de forma a incluir progressivamente aqueles que hoje estão sem voz na defesa de suas causas. Ao mesmo tempo, é necessário que todos estejam preparados para o sacrifício de seus interesses pessoais em benefício da coletividade. Porque o desenvolvimento geral acabará, num prazo mais longo do que o simples imediatismo, por repercutir favoravelmente na vida de cada um. Esta é a essência do republicanismo.

A ampliação do espaço público é fundamental também para que os conflitos de interesses sejam encaminhados de forma transparente, livre e, sobretudo, racional. Volto à idéia de Habermas de que deve prevalecer, na discussão pública, o argumento que esteja embasado nas melhores razões. É preciso argumentar para convencer, negociar para ver uma tese ampliar a base de consenso que a legitimará. A ética pública, que deve alimentar a idéia de virtude na política, é fruto da razão, jamais expressão da força. O êxito do Plano Real, por exemplo, é em grande parte tributário da credibilidade que ele ganhou pela decisão que tomamos de convencer, negociar, explicar cada passo de sua implementação.

Não basta apenas o aprimoramento do Congresso e das leis do sistema representativo. Não basta a ampliação do espaço público. É preciso também que a cidadania esteja ainda mais preparada para o exercício democrático.

A educação tem aqui uma função primordial e as instituições de ensino devem, junto com a imprensa, contribuir para que os cidadãos possam bem discernir entre alternativas, compreendê-las, propor novas opções, escolher os candidatos que representem suas causas e deles cobrar resultados e coerência. A cidadania não pode esperar que o Estado atenda a suas prioridades se não apresentá-las de forma clara e se não estiver disposta a dar sua colaboração para que propostas se convertam em realidade, em prol do interesse da maioria.

Tomando de empréstimo um legado importante do pensamento conservador tradicional, tenho me referido à responsabilidade das elites, estas entendidas como aquela parcela de todos os setores da população que exercem algum tipo de liderança ou tem papel de representação pública.

Recorro mais uma vez às idéias de Alain Touraine. Para ele, não se pode esperar uma reconstrução social – e eu diria também política – a partir apenas dos atores, porque estes também precisam ser, de certa forma, reconstruídos. Em que sentido? Não que os atores sociais tenham “desaparecido”. Ao contrário, um traço das sociedades modernas é justamente a proliferação de movimentos e organizações sociais. Os temas do debate público ampliaram-se. É fundamental que se encontrem os pontos de aproximação entre fins extremamente variados – derivados da própria fragmentação das demandas da sociedade contemporânea – e a capacidade política de lhes dar rumo e sentido.

No caso brasileiro, em função principalmente da luta contra o autoritarismo, a democracia se enraizou na sociedade antes mesmo do que na política, o que torna necessário repensar o processo de articulação entre o social e o político. Nesse sentido, a atividade puramente política deve ser revalorizada. Em dois sentidos, pelo menos: como espaço de debate para que seja capaz de garantir que as demandas se manifestem democraticamente, sem seletividade e sem limites; em seguida, como promotora de bem público, fazendo convergir objetivos dispersos na direção do interesse coletivo.

A negociação é a arte fundamental da política. Parte da aceitação genuinamente democrática das diferenças, da pluralidade, da tolerância; parte da idéia de que se chega à Razão pelo debate, pela articulação de consensos. É pela negociação que podemos superar dicotomias tradicionais e já desgastadas pelo tempo, como “esquerda” e “direita”, “progressistas” e “reacionários”. É somente pela negociação que poderemos promover as mudanças necessárias para alcançarmos o desenvolvimento com justiça.

Reconheço que nessas minhas reflexões e propostas há uma boa dose de vontade e ideal, mas isto é a essência da própria política. Joaquim Nabuco

reconheceu este fato com a sensibilidade e a acuidade de grande estadista. Dizia em sua obra *Pensamentos Soltos* que “a Política puramente ideal é comparada a uma arquitetura que desprezasse a mecânica. No entanto, essa Política será eternamente a mais popular de todas, ao passo que semelhante arquitetura ruiria no mesmo instante”.

Para encerrar esta conferência, gostaria de mencionar um belo pensamento de Octavio Paz, inscrito na obra *Corriente Alterna: “a História”* [e eu acrescentaria também a Política] “é uma invenção diária, uma criação permanente: uma hipótese, um jogo arriscado, uma aposta contra o imprevisível. Não uma ciência e sim um saber; não uma técnica e sim uma arte”.



Imprenta:
GRÁFICA VALCI EDITORA LTDA
SIG - Quadra 8 - Lote 2.230
Telefone: 344-1747 - Fax: 344-3025
CGC - 00336024/0001-16

Outros lançamentos da Editora UnB:

Einstein estava certo?
Clifford M. Will

*A minoria próspera e
a multidão inquieta*
Noam Chomsky

Rejuvenescer a velhice (2ª edição)
Maria Laís M. Guidi e
Maria Regina de L. P. Moreira (orgs.)

O texto da notícia
Elcias Lustosa

A potência do dragão
Sérgio Caldas Mercador Abi-sad

Drogas e sociedade nos tempos da Aids
Richard Bucher

Flauta transversa – método elementar
Pierre-Yves Artaud

*Entre árvores e esquecimentos –
história social nos sertões do Brasil*
Victor Leonardi

Amigos traiçoeiros
Sérgio Bath e Thiago de Mello

*O protestantismo, a maçonaria e a
questão religiosa no Brasil* (2ª edição)
David Gueiros Vieira



"...você pensa que revolucionário é o seu socialismo. Engana-se. Revolucionária é a democracia. O socialismo no máximo pode ser um dos conteúdos da democracia. A democracia é revolucionária porque é um regime sempre incompleto, sempre a fazer-se, aberto e plural, mas tudo isso na direção de uma sociedade com igualdade de oportunidades. E mais: para a sua prática efetiva, somente quando haja muita cultura e uma sociedade educada."

Anísio Teixeira

(Depoimento de Anísio Teixeira ao
Senador Artur da Távola)

Cod Edu: 27669

ISBN 85-238-0451-3



9 788523 004514